

validação destes pré-conceitos. No decorrer da pesquisa, os juízos do investigador têm necessariamente de ceder à interpretação das evidências empíricas, as quais, certamente, foram confeccionadas a partir de racionalidades outras. Ao fim do processo, há um ganho passível de ser traduzido como expansão dos horizontes intelectuais do investigador. Ringer frisa ainda como Weber, na condição de professor, incentivava os alunos a não comprometerem suas análises em decorrência de engajamentos políticos. Nenhum assunto pode, sob este ponto de vista, ser dado por encerrado, sendo a tarefa da ciência patrocinar o debate contínuo e garantir sua liberdade. Mais uma vez, retomando os mesmos autores citados ao fim do terceiro capítulo, Ringer enfatiza a importância estratégica dessas questões, em suas formulações mais recentes.

No sexto e último capítulo, "Da Teoria à Prática", o autor se propõe a fazer um apanhado de tudo o que foi visto, ao analisar as relações entre a metodologia de Weber e sua prática científica. São aqui abordados escritos econômicos, relativos ao funcionamento e desenvolvimento do capitalismo – e, como conseqüência disso, o ponto culminante da discussão torna-se a retomada dos procedimentos metodológicos utilizados em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Ao fim deste capítulo, porém, Ringer tece uma autocrítica. Ele reconhece a insuficiência de sua abordagem no tocante ao problema colocado, qual seja: restringir a análise da proposta metodológica weberiana ao estudo de sua prática científica. Isto significa, pois, não dar atenção à importância do engajamento político do sociólogo, fundamental para compreender seu comprometimento intelectual.

Ainda que o livro tenha uma falta como esta – reconhecida, aliás, pelo au-

tor –, há aqui uma contribuição importante sendo posta ao alcance do grande público brasileiro. Levando-se em consideração as mais recentes recuperações de questões e autores clássicos no campo intelectual, Ringer se destaca por sua lucidez. Estudo de competência histórica inquestionável, não se almeja com ele transformar Weber em um paradigma ou fonte de dogmas indispensáveis para o devir das ciências humanas. Antes, porém, busca-se aqui "alargar os nossos horizontes intelectuais" com a solução particular de um sociólogo alemão face aos inquietantes (e ainda atuais) problemas da ciência.

Por fim, é importante mencionar ao leitor que um trabalho mais recente de Ringer se propõe a preencher as lacunas aqui assinaladas. Irmão siamês do livro ora resenhado, trata-se do ainda não traduzido *Max Weber. An intellectual biography*. (The University of Chicago Press, 2004).

SAHLINS, Marshall. 2003. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 231pp.

Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti

Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia / IFCS / UFRJ

À primeira vista, nada mais real do que "o mundo". Em sua dimensão material, o mundo é fático e, através da História, impõe-se, como diria Marx, com peso opressor sobre nossos cérebros. Esta é a voz da razão prática, primeiro interlocutor do debate trazido pelo clássico de Marshall Sahlins agora re-editado. Ocorre que a existência dos seres humanos que habitam esse mundo depende de complicadas sociedades e, com elas, de um novo reino

que tudo modifica: a cultura, o outro interlocutor do debate proposto. Sua voz variada parece mais frágil, sugerindo uma dimensão interior à relação estabelecida entre o homem e o mundo. Essa fragilidade é, entretanto, apenas aparente. Escrito no contexto da controvérsia entre o marxismo e o estruturalismo que atravessou as décadas de 1960 e 1970, o livro é uma veemente defesa de um conceito antropológico de cultura.

Com rigor acadêmico e fino senso de humor, os argumentos desdobram-se em dois planos. De um lado, "razão prática" e "cultura" são noções polares, agregadoras de posições diversas dentro da antropologia e das ciências humanas em geral, num leque temporal que, inaugurado no século XIX, atravessa todo o século XX. De outro, busca-se a superação do dualismo proposto como ponto de partida. Conforme o debate percorre as arenas intelectuais definidoras de seus próprios termos, delinea-se com força crescente a posição do autor, de base estruturalista: a razão simbólica é a qualidade específica da experiência humana, aquela experiência cuja condição de existência é a significação.

O fio condutor da argumentação é a tensão entre essa sociedade, que simplificadamente chamamos de "nós", e as formas sociais "primitivas", "tribais" ou "camponesas" que operam como "outros". Em que pesem as limitações dessa polaridade que marcou o surgimento da disciplina, o livro retira dela proveito analítico máximo. O caminho empreendido é valioso, revelando com nitidez a pertinência da contribuição antropológica para as ciências humanas e sociais como um todo e também, especialmente, para a compreensão mais plena da sociedade capitalista e contemporânea.

Incorporando um século de estudo dos "outros", Sahlins retorna o olhar ocidental sobre a sua própria sociedade.

Transformado e renovado pela experiência de busca de compreensão de outras formas sociais, esse olhar é agora capaz de desvendar dimensões inusitadas de seu próprio mundo. Em seu desenvolvimento, a antropologia descobriu algo efetivamente novo e autêntico e a diferença existente entre a sociedade ocidental e as demais formas sociais desvenda um ponto conceitual chave.

A sociedade capitalista moderna pensa a si mesma como organizada em diferentes esferas de atividades e de relações que correspondem a ordens distintas do mundo humano: economia, política, direito, etc. Dentre elas, a esfera econômica impera e impõe-se a todas as outras. Ora, nos diz Sahlins, essa elaborada auto-consciência de nossa sociedade, assumida acriticamente por tantas teorias, produz a cara idéia de que seríamos seres racionais governando nossas ações e instituindo cultura sempre em busca da maximização de interesses materiais. Para o autor, essa visão é uma insidiosa manifestação da "razão prática", gerando não só um véu ideológico que a sociedade moderna lança sobre si como um equívoco conceitual estendido etnocentricamente a toda a humanidade.

O efeito de estranhamento produzido pelo esforço de compreensão das sociedades ditas primitivas tem papel heurístico crítico nesse debate. Nelas, como Marcel Mauss revelou, o mundo se apresenta em uma unidade indissolúvel de aspectos; as dimensões percebidas, vividas e concebidas do mundo o são de forma radicalmente diversas da nossa. Não é outro o motivo da conhecida resistência das sociedades tribais à imposição do modelo analítico marxista de determinação da super-estrutura pela infra-estrutura. Nesse ponto, o debate poderia enfraquecer-se diante da solução aparentemente fácil

de que tipos de sociedades de natureza tão diversas requereriam teorias também diversas para explicá-las - o materialismo histórico para o ocidente, e o estruturalismo para as sociedades primitivas.

A argumentação de Sahlins, entretanto, prossegue com grande vigor intelectual enfatizando o âmago do certame: qual a relação entre ação produtiva ("práxis" na terminologia marxista) e ordem simbólica, no entendimento das sociedades humanas?

A tensão entre razão prática e enfoque cultural desdobra-se dentro da antropologia em um conflito que atravessou o século XX. Pares de autores paradigmáticos têm suas idéias retomadas com clareza e argúcia. Em um primeiro contexto disciplinar, enfrentam-se Lewis Henry Morgan e Franz Boas. Morgan fala pela razão prática, com sua teoria do parentesco que tanto encantou Engels e da qual se depreende uma concepção da atividade mental como reconhecimento de uma realidade exterior mecanicamente transportada para a consciência. Nada se acrescenta, como pontua Sahlins, ao fato assim apreendido. Boas, com a famosa e sintética formulação de que "o olho que vê é o olho da tradição", propicia um novo patamar no qual a construção humana da experiência é gradativamente transposta para o plano propriamente cultural. Em suma, o debate ilustra o fato de que, dentro da antropologia, há discordâncias fundamentais sobre onde e como se busca o significado e, com isso, a própria noção de significado varia ela mesma de sentido.

Outro conhecido campeão da razão prática é Malinowski que, com um mecanicismo teórico sempre surpreendente naquele que é também um dos heróis da pesquisa etnográfica, via sem mais delongas a cultura como a realização

instrumental das necessidades biológicas. Sahlins é um crítico severo. No funcionalismo utilitário, ele observa, qualquer fato é despojado de seu conteúdo, e sua interpretação como utilidade exterior é uma mistificação: nessa operação, quem atribui sentido ao fato é, afinal, o antropólogo elevado "à divindade de um sujeito constituinte de quem emana o objeto" (p.79). Mesmo na visão da linguagem como trabalho e do significado como resposta produzida no ouvinte encontra-se, em Malinowski, "a mesma redução do sujeito humano ao objeto manipulado que informa sua técnica etnográfica" (p.87). Porém Sahlins é, sobretudo, a um só tempo, rigoroso e generoso, dialogando abertamente com seus pares e antecessores e realçando sempre a grandeza das contribuições centrais de um autor, enxergando matizes, ambivalências, problemas e limites no que examina. As páginas dedicadas a Radcliffe-Brown e a representantes do que o autor chama de "estruturalismo inglês" - como Mary Douglas - são densas e lúcidas. O problema aqui é o sociocentrismo, a força da oposição sociedade *versus* cultura, que acarreta uma apreciação incompleta do símbolo como simples representação de realidades sociais mais básicas. Será então nas formulações de Émile Durkheim - em especial aquelas contidas no ensaio sobre as "Formas primitivas de classificação", escrito conjuntamente com Marcel Mauss, e nas "Formas elementares da vida religiosa" - que o autor re-encontra a matriz da razão simbólica: uma elaboração do signo a partir da mediação do pensamento humano para a existência do universo. Claude Lévi-Strauss, incluindo as relações sociais dentro do sistema geral de representações, coroa esse movimento, iniciado com Franz Boas. Chegamos, então, à cidadania plena da razão simbólica, aquela forma

do entendimento que só reconhece objetos dentro da significação em qualquer nível em que este se situe: toda ordem cultural significa integralmente.

Essa polaridade interna à disciplina ressoa dentro do próprio marxismo. Sem querer participar do debate do jovem Marx "idealista" versus Marx "materialista" maduro, Sahlins observa continuidades e descontinuidades ao longo de toda sua obra, que também oscila entre momentos mais culturais e momentos mais naturais. Por vezes, Marx reconheceu que "a natureza... tomada abstratamente, por si mesma - a natureza compreendida isoladamente do homem - nada significa para o homem" (p. 129). Porém, embora os homens sejam por vezes concebidos como "produtores de concepções e idéias", a visão marxista do processo simbólico permanece truncada em momentos teóricos decisivos. Diante do problema antropológico da variabilidade histórica da ordem cultural, a história, tornada História pelo marxismo, termina abstraída da esfera humana; o processo experiencial através do qual o pensamento conceitual se produz não se enraiza em nenhuma situação objetiva concreta. Cultura vira super-estrutura, a noção de dialética deixa de supor a reciprocidade de influências. O simbólico termina subordinado à lógica linear mais poderosa da satisfação das necessidades objetivas. Para Marx, o primeiro ato histórico é uma experiência material: a produção da existência como produção dos próprios meios de subsistência. Para Sahlins, não está em jogo uma questão de prioridade mas sim "a qualidade única da experiência humana, vista como experiência rica em significado". O começo do homem é a experiência do mundo como conceito.

Em um ensaio final cheio de brilho, Sahlins demonstra como o capitalismo como ordem cultural se realiza no plano

dos bens materiais: a produção e o consumo na comestibilidade e no vestuário na sociedade norte-americana. Marcel Mauss, que observou que a troca das coisas era um processo de vinculação entre pessoas, e Karl Marx, que observou como o vínculo entre pessoas é uma troca de coisas, aproximam-se de modo inusitado: "Se, como é freqüentemente observado a respeito da troca 'primitiva', toda transação tem um coeficiente social, um relacionamento entre os participantes de um ou outro tipo que regula os termos materiais de sua interação, no nosso caso parece verdade que toda transação tem um termo material que alimenta importantes dimensões do relacionamento social. Mesmo fora das transações comerciais, no que é às vezes chamado de "vida" em vez de "trabalho" (:214). A materialidade do capitalismo é, afinal, uma forma de simbolizar.

Sahlins conclui um amplo e nobre percurso. Seus confrontos são firmes e respeitosos. Suas recusas dirigem-se a formas do mecanicismo e do reducionismo. As melhores formulações teóricas são afinal aquelas que proporcionam mais espaço para mediações, aberturas e, sobretudo, para a continuação livre do movimento do pensamento. A nós, o proveito de renovada leitura.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de (org.). 2002. *Gestar e Gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 316 pp. (Coleção Antropologia da Política)

Luiz Felipe Rocha Benites
UFSM/UNIFRA